

Educere et Educare – Revista de Educação

[Volume 5 – Número 10 – 2º Semestre de 2010]

Editorial

NÚCLEO TEMÁTICO DESTE NÚMERO:

EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR: POLÍTICAS DE GESTÃO E FINANCIAMENTO

Em um pequeno artigo sobre a crise da escola, o professor Marco Aurélio Nogueira explicita, de maneira muito interessante, elementos da política educacional que implicam o cotidiano da escola e o quanto os problemas no sistema educacional têm relação direta com a conjuntura política. Nas palavras do autor:

Nossos problemas – e, por extensão, as soluções que viermos a conceber para eles – têm a ver com muita coisa, mas têm a ver sobretudo com política. Em primeiro lugar, têm a ver com decisões governamentais [...]. Em segundo lugar, têm a ver com correlação de forças, dependem de como as forças que disputam os espaços na sociedade se colocam umas diante das outras. Têm a ver, em terceiro lugar, com a capacidade social de lutar e manusear recursos de poder, dentre os quais está a capacidade de se organizar e de apresentar projetos, portanto de desenhar futuros e pressionar para viabilizá-los. Em quarto lugar, têm a ver com a institucionalidade política, com a maneira como as comunidades estruturam aqueles arranjos legais e normativos que fornecem parâmetros para as disputas sociais e “civilizam” os conflitos entre grupos e classes, tornando razoável o estabelecimento de algum “pacto” social, a fixação de patamares de justiça, o controle do Estado, e assim por diante. (2002, p. 20, grifos no original).*

A riqueza dos artigos que integram o Núcleo Temático apresentado neste número da Revista *Educere et Educare* expressa essa multiplicidade de possibilidades de análise sobre a política educacional em curso no Brasil e na América Latina. Ainda que a análise da política sempre nos exija pensar a conjuntura, os temas sobre o sistema escolar revisitam eixos fundamentais da luta pela democratização do acesso, da gestão e da qualidade da escola.

Primeiro os temas do acesso, gestão e qualidade são visitados no âmbito do ensino superior. No que se refere ao acesso, os autores nos provocam tanto a pensar na urgente ampliação das vagas – especialmente nos casos brasileiro e venezuelano, pois que têm baixos índices de inclusão da população jovem e adulta nesse nível de ensino –, mas também nas

* NOGUEIRA, Marco Aurélio. Administrar e dirigir: algumas questões sobre a escola, a educação e a cidadania. In: MACHADO, L.; FERREIRA, N. S. (Orgs.). **Política e gestão da educação**: dois olhares. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 17-32.

condições de financiamento e, portanto, acerca de que condições de oferta e de trabalho estão presentes nas instituições de ensino superior públicas dos países.

Nessa chave temos em primeiro lugar a discussão de Isneira Huerta, Gertrudis Ziritt e Lisandro Alvarado, da Universidad Nacional Experimental “Rafael Maria Baralt” (UNERMB), Venezuela, que nos convidam a pensar a necessária democratização do ensino superior, tanto em relação à possibilidade de acesso dos jovens a vagas, quanto a um projeto de formação no ensino superior que permita a formação humana plena. Para isso os autores apresentam o artigo **Emancipación de las clases populares y desarrollo endógeno: miradas desde la municipalización de la educación universitaria en Venezuela**, em que discutem as possibilidades e as dificuldades de interiorização da universidade na Venezuela por meio de um projeto de municipalização da oferta e da gestão do ensino superior naquele país.

Em seguida, o artigo intitulado **Análisis de eficiencia de las universidades públicas en Argentina mediante métodos no paramétricos**, de Catalina Lucía Alberto, Claudia Carignano e Raúl Ercole, da Universidad Nacional de Córdoba, Argentina, discute a eficiência a partir da realidade de um país que ampliou significativamente o atendimento ao ensino superior – a Argentina. Nesse artigo, os autores analisam uma realidade em que o debate sobre a expansão já levou a um amplo atendimento dos jovens no sistema público e problematizam a qualidade de ensino oferecida considerando níveis de investimento por aluno ainda baixos quando comparados a outros países. Os autores enfatizam, porém, que, mesmo num cenário de baixos investimentos, ainda é preciso considerar a eficiência do sistema. Para isso apresentam o teste de dois modelos de eficiência a partir de variáveis relativas à composição do corpo docente, ao fluxo estudantil e ao investimento por aluno nas universidades argentinas.

O terceiro artigo, de Marcela Rebeca Contreras Loera, da Universidad de Occidente, México, e Jorge Ernesto Quintero Félix, da Universidad Autónoma de Sinaloa, México, nos apresenta a realidade mexicana. No artigo **El cambio en la universidad pública, desde la visión de los académicos**, os autores apresentam um *survey* com professores da “Universidad de Occidente” e revelam, a partir da análise de questões sobre a organização pedagógica e administrativa da instituição, elementos de tensão entre continuidades e mudanças que tensionam o proceso de democratização do ensino superior na América Latina, tendo como pano de fundo as muitas proposições de mudanças de organismos de cooperação internacional.

O quarto artigo, de Silvia García Urrea, da Universidad Nacional Experimental Simón Rodríguez, Venezuela, e Nelly Meléndez Gómez, do Instituto Universitario de Tecnología del Oeste “Mariscal Sucre”, Urb. San Martín, Venezuela, trata da realidade educacional universitária venezuelana. O artigo **El proceso de investigación universitaria interpretado desde la sociología del conocimiento** apresenta estudo de caso em um instituto universitário em Caracas nos anos de 2006-2007. O trabalho examina as implicações individuais, sociais e coletivas para o desenvolvimento da investigação e reflete sobre os resultados da produção científica, tratando das questões qualitativas e sociais do processo de investigação acadêmica.

Para o caso brasileiro temos quatro textos que visitam os debates sobre condições de acesso, portanto expansão e democratização do ensino superior no país, problematizando seja o perfil dos alunos que chegam às instituições, as condições de financiamento e as condições de trabalho docente.

Marina Barbosa Pinto, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), no texto intitulado **Situação das instituições federais de ensino superior hoje**, convida o leitor a uma reflexão mais ampla sobre o modelo de reforma universitária e, portanto, que concepção de educação superior se coloca em ação nos diferentes programas de expansão ao longo dos

governos do presidente Fernando Henrique Cardoso e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Os efeitos da expansão nos níveis subnacionais são tomados em dois artigos. O primeiro é o artigo de Gladys Barreyro e Arlei Flausino Aureliano, da USP – Universidade de São Paulo, intitulado **Características dos ingressantes de universidades públicas do Estado de São Paulo: novos campi, velhas desigualdades?**, e apresenta uma reflexão sobre a expansão das universidades federal e estadual na Região Metropolitana de São Paulo e demonstra que o aumento de vagas não significa imediatamente inclusão quando considerados os perfis de renda e de etnia dos alunos. Ao tratar da expansão de vagas no Estado mais rico do país, os autores conseguem apresentar a insuficiência das vagas públicas como um problema nacional.

Em seguida, o artigo **Uma análise sobre as despesas com manutenção e desenvolvimento da educação superior no governo Requião (2003-2006)**, de Gabriel de Abreu Gonçalves de Paiva e Luiz Fernando Reis, da Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, permite uma visão da manutenção das instituições de ensino superior no âmbito subnacional, porém agora num contexto periférico. Os autores problematizam a relação entre o discurso e a prática de dois governos marcados por proposições divergentes em termos da política educacional e submetem os discursos à prova do patamar de investimentos em educação superior feitos no período 1996-2004. Associado ao artigo sobre a Venezuela, o texto provoca a área de política educacional a pensar a tensão entre expansão da oferta e capacidade de financiamento do ensino pelos entes subnacionais – tensão essa que, no caso brasileiro, tem sido recorrente na ausência de um sistema nacional de educação.

O artigo **Avaliação, carreira e trabalho docente no ensino superior público: para onde vamos?**, de Antônio de Pádua Bosi, da Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, trata de um conjunto de condições que revela o espaço social do trabalho docente em instituições universitárias e científicas, ao examinar particularmente as condições do processo de trabalho docente e as condicionalidades produtivas exigidas pelas universidades e pelas agências científicas nacionais e regionais, tais como CAPES, CNPq e as fundações estaduais de apoio à pesquisa, para o processo de trabalho e de desenvolvimento da produção científica nacional.

Um segundo grande bloco do Núcleo Temático da revista refere-se diretamente aos temas do acesso, gestão e qualidade do ensino na educação básica. Esses temas, no caso da educação básica, ainda que demandem ainda reflexões sobre as condições de universalização do acesso especialmente para as etapas da educação infantil e do ensino médio, nos provocam especialmente debates sobre o incremento da qualidade; o que implica reflexões sobre as condições de gestão e de planejamento do sistema de ensino, tanto considerando espaços públicos de negociação sobre os rumos da escola brasileira, quanto condições do exercício da gestão democrática dos espaços públicos e as recorrentes disputas com a iniciativa privada.

Nessa chave temos, inicialmente, o texto **Formação e avaliação de diretores de escolas no âmbito da parceria entre municípios e o Instituto Ayrton Senna**, de Margarita Victoria Rodríguez; Maria Dilneia Espíndola Fernandes; Andrêssa Gomes de Rezende Alves e Jorismary Lescano Severino, da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMS). As autoras analisam o contrato de gestão entre o Instituto "Ayrton Senna" e a Prefeitura de Campo Grande, no programa Escola Campeã. Refletem os autores como, ao associar-se à instituição privada, o poder público reduz o princípio da gestão democrática da escola à perspectiva do gerenciamento eficaz centrado na figura do diretor da escola.

Em seguida, o texto de **O Programa Escola de Gestores: análise da experiência no Estado do Paraná**, de Ângelo Ricardo de Souza e Marilza Aparecida Pereira Teixeira, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), permite colocar em evidência a tensão em torno do conceito de gestão democrática em disputa no sistema educacional brasileiro. Os autores

analisam a oferta do curso de especialização no âmbito do Programa Escola de Gestores, do Ministério da Educação, curso na modalidade a distância ofertado para sujeitos já em atuação na gestão da escola (diretores e vice-diretores). Os autores avaliam que, apesar de o programa acertar “[...] quando não toma a gestão escolar como um campo com conhecimentos específicos e próprios ou mesmo técnicos e prioriza uma formação mais ampla, sem descuidar de questões mais específicas da escola e do contexto”, a forma proposta para o curso não foi suficiente para que tais conhecimentos fossem realmente apropriados.

A disputa em torno do conceito e da concepção de gestão democrática no âmbito da escola pública, tal qual preconiza a Constituição federal, e que, na prática das redes de ensino tem sido tensionada por parâmetros de mercado, exige que se revise o conceito e a história da constituição desse princípio de organização do espaço público e é isso que Paulo Gomes de Lima, da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD-MS, e Cristiane Teruya de Melo Alça, Centro Universitário Adventista de Ensino – Campus Hortolândia/SP, propõem no artigo **Gestão democrática: nexos no contexto da escola pública brasileira**.

Finalmente, fechamos este dossiê com uma reflexão mais geral quanto aos desafios de planejar a educação brasileira de forma participativa e democrática. Para isso, em texto intitulado **A Conferência Nacional de Educação 2010: participação e deliberação em novas arenas de disputa**, Andréa Barbosa Gouveia, da Universidade Federal do Paraná (UFPR) reflete sobre as vozes explícitas e os atores ausentes na CONAE 2010, que, em tese, definiria os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Educação.

A apresentação, pelo MEC, do Projeto de Lei para o PNE 2011-2021 não se confirmou como a expressão daquelas discussões, porém certamente as tensões no âmbito da conferência e as tensões em torno da tramitação da lei que agora se inicia confirmam os meandros apresentados neste Núcleo Temático.

Cabe novamente destacar que a riqueza do debate aqui construído e a importância de a reflexão transitar entre a educação básica e o ensino superior demonstram que esses dois níveis de ensino seguem demandando democracia no acesso, na gestão e na qualidade.

A revista também congrega tradicionalmente um conjunto de seções regulares que tratam dos Fundamentos da Educação, dos Fundamentos Metodológicos e das Políticas Educacionais e a seção de Resenhas. Nessas seções a reflexão sobre os mais diversos aspectos e debates teóricos e educacionais acaba sendo contemplada em um leque sempre amplo de análises e de concepções teóricas e metodológicas que enriquecem o debate teórico e educacional.

Neste número, a seção de FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO apresenta três artigos. O primeiro artigo, **A pedagogia e o cenário pós-moderno: sobre as possibilidades de continuar educando**, de João Francisco Lopes de Lima, das Instituições Martinus – Curitiba – PR, apresenta reflexões sobre as questões que envolvem o debate teórico e educacional acerca do que chama de repercussões do cenário da pós-modernidade sobre os pressupostos sustentadores dos fundamentos da educação e os desafios pedagógicos contemporâneos.

O segundo artigo, **Educar para o viver e o morrer**, de Ivete Iara Gois de Moraes, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e Indianara de Gois de Oliveira, da Universidade de Passo Fundo (UPF), reflete sobre a necessidade e, ao mesmo tempo, sobre a ausência dos temas vinculados com a questão da morte nos meios educacionais como situações que merecerem mais atenção socioeducativa e filosófica sobre a construção e a formação humana.

O terceiro artigo, **A contribuição do pensamento de Maturana para a educação**, de Elisabeth Rosseto, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste – Campus de Cascavel), propõe refletir sobre as contribuições de Humberto Maturana para o campo da

educação, tomando como referencial teórico a abordagem sistêmica para a análise e os estudos da realidade social e cultural.

A seção de FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS conta também com três artigos. O primeiro artigo, **O letramento e democracia digital: uma aproximação teórica com base no Proinfo**, de Tenaflae da Silva Lordêlo, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), analisa a questão do uso da tecnologia para a prática pedagógica na rede pública de educação no Brasil, orientada pela Secretaria de Educação a Distância do MEC, através do Programa Nacional de Tecnologia Educacional – Proinfo, examinando um estudo do processo de letramento digital no ensino fundamental e médio em escolas públicas no Brasil.

O segundo artigo, **O riso na sala de aula e sua implicação no processo ensino-aprendizagem**, de autoria de Maria Angélica Santana, da Pontifícia Universidade de São Paulo (PUCSP), e Carla Cristina de Queiros, da Universidade Anhanguera (Uniderp), procura refletir sobre os elementos constitutivos no campo da didática ao aceitar e incentivar o riso em sala de aula como possibilidade para criar ambiente propício ao processo de ensino-aprendizagem, apresentando algumas interpretações teóricas sobre o assunto.

O terceiro artigo, **Perspectiva construtivista da educação infantil e ensino fundamental na área de educação física**, de Rubens Rodrigues Lima; Elício Gomes de Lima; Elvira Maria Gomes Barreto e Rosilene Rodrigues Lima, professores da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, trata da perspectiva construtivista da Educação Física na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, aos trazer reflexões sobre a questão, particularmente sobre a concepção piagetiana, acerca da construção da inteligência.

A seção de POLÍTICAS EDUCACIONAIS contempla quatro artigos. O primeiro artigo, **O conhecimento sobre tecnologias de informação e comunicação revelado por professores do ensino público**, de Andrea Carla Machado; Janete Alves Hammoud e Suzelei Faria Bello, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), revela dados de pesquisa sobre o uso de tecnologias de informação e comunicação e as formas de trabalho pedagógico. Observa ainda alguns elementos sobre a importância do uso de recursos tecnológicos no campo educacional e apresenta algumas lacunas que envolvem o assunto.

O segundo artigo, **Análise do desempenho em redações de vestibulandos cotistas e não-cotistas**, de Paula Kracker Francescon e Rosana Becker Fernandes, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste – Campus de Cascavel), aborda reflexões sobre a relação entre o desempenho em redação no vestibular e o sistema de cotas implantado, em 2009, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, vinculado com os resultados das redações dos aprovados nos cursos de Odontologia, Engenharia Civil e Medicina.

O terceiro artigo, **Novo curso de pedagogia: novos desafios ou velhos problemas?**, de Hyrla Aparecida Tucci Leal, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), destaca que a formação de professores é um dos maiores desafios enfrentados pela educação no Brasil, e trata das mudanças históricas produzidas em torno dos cursos de formação de professores e, de modo particular, aborda a implantação do Curso de Pedagogia em uma universidade do Estado de São Paulo.

O quarto artigo, **O FUNDEF e a educação pública no município de Cascavel: considerações sobre a implantação e a aplicação do FUNDEF (1998-2000)**, de Lídia Maria Lopes e Roberto Antonio Deitos, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste - Campus de Cascavel), examina alguns aspectos da política de financiamento da educação no contexto da educação pública municipal. O artigo trata do FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério e analisa a implantação no município de Cascavel, Estado do Paraná, no período de 1998 a 2000.

A última seção comporta a resenha **Entre ideias pedagógicas e práticas educacionais**, de Diogo da Silva Roiz, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), e de Telma Faltz Valério, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), e apresenta uma análise sobre a obra *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*, de Dermeval Saviani, publicada em 2007.

Assim, cumprimos, mais uma vez, com os objetivos editoriais e acadêmicos da Revista ao publicar mais este número, contribuindo com os espaços e as interlocuções acadêmicas e teóricas, especialmente no campo da análise teórico-educacional.

A Revista contou com o firme apoio institucional da Edunioeste, da Direção Geral do *Campus* de Cascavel, do Centro de Educação, Comunicação e Artes, do Colegiado de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação. Contou também com o importante apoio financeiro da Fundação Araucária, da SETI – Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e do Governo do Estado do Paraná para a viabilização da publicação deste número. Esperamos, portanto, contribuir com mais esta edição da revista *Educere et Educare* com a reflexão no campo educacional e que todos tenham uma boa leitura.

Andréa Barbosa Gouveia
Thais Moura
(Universidade Federal do Paraná – UFPR)

Luiz Fernando Reis
(Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste – Campus de Cascavel)

Organizadores do Núcleo Temático
“Educação Básica e Superior: Políticas de Gestão e Financiamento”